

População e atividades econômicas no nordeste paulista – século XIX

Lélio Luiz de Oliveira*

A preocupação com este trabalho é tratar das transformações da economia do Nordeste paulista, onde o município de região de Franca se insere (território situado entre os rios Pardo e Grande), ocorridas durante o século XIX, demonstrando a integração desta região com Minas Gerais e outras áreas de São Paulo. Além disso demonstrar a gradativa ampliação das atividades econômicas voltadas para a economia de abastecimento interno, imbuídas de caráter mercantil, com um bom exemplo do crescimento econômico e demográfico da região sudeste impactada pelos avanços do capitalismo.

A origem do povoamento do Nordeste paulista, deu-se através da estrada dos "Goyazes", caminho de São Paulo para as minas de Goiás, que possibilitou, durante o século XVIII, o afluxo de imigrantes. O povoamento regional está relacionado com a "rota de comércio que, em fins do século XVIII, atravessava o Nordeste do Estado de São Paulo e, por aí, atingia o Sul de Goiás, Mato Grosso; "era conhecida como 'Estrada do Sal' ou do 'Comércio', ou ainda 'Estrada Francana'"¹, "por onde se procuravam escapar à obrigação de pagar impostos na divisa de Minas Gerais - São Paulo"²

A população pequena e dispersa, a princípio oriunda de São Paulo, fixou-se ao longo da estrada, constituindo-se os pousos que serviam aos viajantes do sertão.³ Estes primeiros núcleos de povoamento, geralmente constituídos de uma família,

* Docente do Departamento de História da UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Doutor em História Econômica pela USP-SP.

¹ LIMA, Sílvia Maria Jacintho. Transformações na pecuária bovina paulista: o exemplo da região de Franca. Franca: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, 1973. p.50-1. Tese (Doutorado em História).

² GEIGER, Pedro P., DAVIDOVICH, Fany. Aspectos do fato urbano no Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v.15, n.2. p. 263-362, 1961.

³ CHIACHIRI FILHO, José. op. cit.

poucos escravos e alguns agregados, tiveram na pousada, na agricultura de sobrevivência e na criação de alguns animais suas principais atividades econômicas. A pequena parcela de mercantilização devia-se ao fornecimento de mantimentos àqueles que trafegavam pela estrada dos "Goyazes".⁴

Os pousos não foram "somente estalagens ou pensões, (...) localizados à beira da estrada, eram também fornecedores; vendiam o que produziam e produziam o que era necessário e procurado."⁵ Dentro de suas limitações, os pousos, tiveram sua importância no sentido de ativar a economia. Parte do lucro dos boiadeiros e comerciantes que transitavam pelo caminho dos "Goyazes" custeavam os gastos nas paragens ao pagarem um local para dormir, alimentação, bebida e aluguel das envernadas para o descanso dos animais.

Até então, a economia da região possuía baixo nível de mercantilização e pôde ser caracterizada como "vicinal", ou seja, "uma economia (ou conjunto de economias) em que a produção era voltada principalmente para o consumo local e de povoações próximas."⁶

Contudo, nas duas primeiras décadas do século XIX, o panorama econômico do Nordeste paulista alterou-se significativamente. Um fator contribuiu de forma decisiva para essas transformações: ampliação da economia de subsistência, principalmente a pecuária praticada no Sul de Minas atingindo a região em estudo, como afirma Caio PRADO JR.: "... os criadores mineiros começa[ram] a descer a Mantiqueira, indo estabelecer-se em São Paulo, na região que flanqueia a serra a oeste de Franca a Moji-Mirim. É o que determinará neste setor de São Paulo, onde também

⁴ CHIACHIRI FILHO, José. op. cit..

⁵ CORREIA JÚNIOR, Carmelino. Os primórdios do povoamento do Sertão do Capim Mimoso. Monografia, Franca, 136p.

⁶ SLENES, R. W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cadernos IFCH-UNICAMP nº 17. Campinas, julho, 1985 APUD MARTINS, Roberto B. "Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brasil." Vanderbilt University, 1980 (Tese de doutoramento). p.6.

predominam os campos naturais, uma zona de criação que adotará os modelos de seus fundadores e organizadores."⁷

A mudança de atitude da economia mineira no sentido de tender para a ampliação das bases produtivas voltadas ao setor de subsistência e de abastecimento interno, é ressaltada por historiadores que comungam com essa nova tendência da historiografia ao não enxergarem importância somente naqueles setores especializados na produção para exportação, como no caso do ouro e posteriormente, do café. Tais historiadores aceitam que em Minas já havia uma diversificação das atividades produtivas e que "a economia mineira voltou-se para 'dentro' [no sentido de ativar a economia de subsistência frente a diminuição das exportações] com a crise da mineração na segunda metade do século XVIII, o resultado não foi aquela involução econômica extrema geralmente retratada nos estudos sobre a capitania/província. Apesar do crescimento do setor de subsistência, a economia mineira no século XIX (...) ainda mantinha um grau significativo de mercantilização (embora um grau menor do que o de outras regiões). Além disso, e mais importante, não era uma economia decadente ou estagnada; durante boa parte do século XIX estava em forte ritmo de expansão, a julgar pelas suas importações de escravos."⁸

Dentro dessa tendência, acima delineada, em fins do século XVIII e começo do XIX, nova leva de imigrantes de origem mineira atingiu a região de Franca, provocando um extraordinário crescimento populacional. CHIACHIRI FILHO afirma que em 1779 o Sertão do Rio Pardo contava com apenas 174 pessoas, distribuídas em 17 pousos; e, em 1824, passou a ter 5.827. (**tabela 3**)

A porcentagem de mineiros que compunha tal população cresceu com o passar dos anos: 1804 - 24,7%; 1813 - 59,7%; 1814 - 73,8% e 1824 - 75,0%. Mineiros

⁷ PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 20.ed., São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 198.

⁸ Consta no resumo elaborado por Roberto W. SLENES sobre o trabalho de Amilcar MARTINS FILHO e Roberto Borges MARTINS "A escravidão numa economia não-exportadora: novas perspectivas sobre Minas Gerais no século XIX". In: SLENES, R. W. op. cit., p.5.

arredados dos seus lugares pela decadência das minas e pela expansão da pecuária.⁹ Lembrando que entre os fatores de atração somavam-se as condições do solo, que propiciava boas pastagens, e do clima, parecidos com os lugares de origem. (tabela 4)

TABELA 3

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO DE SÃO PAULO, MOJI MIRIM E DO SERTÃO DO RIO PARDO, 1798-1824.

ANOS	SÃO PAULO (a)	MOJI MIRIM (b)	SERTÃO RIO PARDO
1798	162.345	5.685	549
1804	184.464	7.360	843
1814	211.928	11.404	2.832
1818	221.634	14.583	4.510
1824	247.904	-	5.827

Fontes: (a)MARCÍLIO, Crescimento demográfico. p.300-301
(b)CHIACHIRI, op. cit. 142.

TABELA 4

DEMONSTRATIVO DA PORCENTAGEM DE MINEIROS NO TOTAL DA POPULAÇÃO DO SERTÃO DO RIO PARDO E VILA FRANCA

ANO	PORCENTAGEM
1804	24,7%
1813	59,7%
1814	73,8%
1824	75,0%

Fonte: CHIACHIRI FILHO, José. Do Sertão do Rio Pardo à vila Franca do Imperador. Ribeirão Preto: Ribeira Gráfica e Editora Ltda, 1982.

⁹ CHIACHIRI FILHO, José. op. cit. p. 141.

"A exportação de ouro cresceu em toda a primeira metade do século e alcançou seu ponto máximo em torno de 1760, quanto atingiu cerca de 2,5 milhões de libras. Entretanto, o declínio no terceiro quartel do século rápido e, já por volta de 1780, não alcançava um milhão de libras". FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 20.ed. São paulo: Companhia Editora Nacional, 1985, p.78.

O dinamismo da economia da região de Franca, no início do século, estava no campo. "O poder, a riqueza, o 'status' estava (...) com os donos das criações e das lavouras." No arraial da Franca "ficavam os padres, os artesãos, os negociantes e as meretrizes."¹⁰ Outros relatos mostram o mesmo quadro: "Com exceção de um pequeno número de operários e negociantes de comestíveis os demais eram todos agricultores, os quais, segundo o costume, não tinham casa na sede da comarca senão para nas mesmas passarem os domingos"¹¹

A população do povoado em 1819 era de apenas 132 habitantes, distribuídos em 23 fogos, da seguinte forma: Componentes das famílias cabeças de fogos (ou, dependendo do caso, só o chefe) – 59; Agregados -16; Fâmulos - 14; Escravos - 43. As profissões apresentavam os seguintes números: Padres – 04, Carpinteiros – 04, Jornaleiros – 02; Ferreiro – 01; Alfaiates – 02; Taberneiro e ferreiro – 01; Taberneiro e alfaiate. -01, Negociante – 01. "Havia, além de dois doentes, 3 meretrizes que 'viviam com geral escândalo'. Outras pessoas, cujas profissões não foram especificadas (...), totalizavam 14."¹²

O viajante Auguste de SAINT-HILAIRE, ao passar por Franca antes de ter sido elevada à categoria de vila (1819), nos dá uma idéia das transformações por que passava frente a imigração mineira e o conseqüente progresso econômico:

"Não havia ali, ao tempo de minha viagem, senão cêrca(sic) de umas cinqüenta casas, mas já estavam assinalados os locais para a construção de um grande número delas, e era fácil de perceber que Franca não demoraria em adquirir grande importância. Durante o tempo em que permaneci nessa vila, era a mesma inteiramente habitada por mineiros que, pelo ano de 1804, tinham construído as primeiras casas da localidade.

¹⁰ Idem, p. 61.

¹¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem a Província de São Paulo. São Paulo: Livraria Martins Editora, [s.d.], p. 110.

¹² CHIACHIRI FILHO, José. op. cit., p.61, 77-9. O autor recolhe os dados através da Lista feita pelo Vigário da Freguesia de Franca, Joaquim Martins Rodrigues, em 1819 para o Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo João Carlos Augusto Oeynhausen.

Uns, sentindo falta de espaço em sua região natal, outros, fugindo das perseguições da justiça e de seus credores, tinham se deslocado para o oeste, chegando a uma região completamente deserta, onde encontraram terras férteis e excelentes pastagens, terras de que tomaram posse."¹³

A ocupação efetiva das terras do Nordeste paulista, como em outras regiões da capitania/província, deu-se através da concessão de sesmarias ou da simples posse. As primeiras sesmarias concedidas às margens do "Caminho dos Goyazes" datam de 1726, coincidindo com a descoberta das minas de Goiás. Com a afluência mineira, no começo do século XIX, um grande número de concessões de sesmarias foram efetivadas. A maioria dos primeiros sesmeiros acabaram por não permanecer em suas terras ou estas talvez nem foram visitadas pelos donos.¹⁴ Grande parte das terras, supomos, foram apossadas, o que era costume, em razão do descaso e da incapacidade do estado em fiscalizar o uso das terras devolutas.¹⁵

A ocupação do Nordeste paulista pelos mineiros, oriundos da Comarca do Rio das Mortes (sul de Minas), que antes ocuparam o Sertão da Farinha Podre (região entre o Rio Paranaíba e Grande), veio acompanhada de atividades econômicas permanentes com características mercantis, fortalecidas no decorrer do século. A principal delas era a **pecuária**.

Percebemos a importância da **pecuária** na região quando notamos que 17,1% da riqueza dos proprietários, declarada nos inventários consultados referente ao primeiro período estudado - 1822-30, era constituída de bens semoventes, ou seja, gado bovino, equino e muar. Os bens imóveis, como as fazendas - parte de terras - eram

¹³ SAINT-HILAIRE, Auguste. op. cit. p.117, nota 14.

¹⁴ CHIACHIRI FILHO, José. op. cit. p.51, 81-87, nota 1.

¹⁵ PETRONE, Maria Tereza S. Terras devolutas, posses e sesmarias no Vale do Paraíba paulista em 1854, São Paulo, Revista de História, n.103, jul/set, 1975, p. 378.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. A Legislação sobre apropriação de terras. In: Trabalho e resistência: os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto (1890-1920). Franca: UNESP-FHDSS, 1993 (Dissertação de Mestrado).

BRIOSCHI, Lucila R. [et al.] Entrantes do Sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais século XVIII e XIX. São Paulo: CERU, 1991.

utilizadas principalmente para criação do gado e somavam 41,2% do total dos bens. No segundo período - 1875-85 - os semoventes subiram para 28,8% do valor total dos bens, e 53,9% os bens de raiz.

Desde fins do século XVIII, entrando pelo século XIX, a criação de gado, fatia mais dinâmica da economia, favoreceu a constituição de vínculos comerciais da região ora estudada com outras distantes localidades como São João Del Rei, que servia de entreposto de mercadorias, principalmente o gado bovino, cavalar e cerdal, que tinham como destino o Rio de Janeiro. Eram os "marchantes" de Formiga e São João Del Rei que compravam o gado criado nas margens do Rio Grande (Sertão da Farinha Podre e Sertão do Rio Pardo). A economia dessa zona "estava intimamente ligada à do Rio das Mortes que, por sua vez, relacionava-se grandemente com a cidade do Rio de Janeiro."¹⁶

Luiz D'ALINCOURT ao viajar pela estrada dos "Goyazes" em 1818, percebeu a ocupação da população com a pecuária. O viajante seguiu até o pouso de Cubatão, que ficava a três léguas do Rio Pardo, chegando até a Fazenda das Lages que

"pertenc[ia] a seis irmãos unidos, que faz[iam] um grande negócio em gado", seguindo viagem após passar pelo pouso de Araraquara e "passando o ribeiro da Bela Vista, a poucos passos se apresenta aos olhos um quadro encantador: extensos campos, semeados de gado. (...) Depois de uma descida fácil chega-se ao morador dos Batatais. Este lugar é muito alegre, seu dono Manoel Bernardo do Nascimento, ajudado de seus filhos, (...) faz muito bom negócio em gado vacum, e em queijos. Afastados do caminho há, nestas paragens, muitos vizinhos, mais, ou menos distantes uns dos outros, que possu[iam] grande quantidade de gado." Adiante já na "Fazenda das Macahubas, junto à qual se passa o ribeiro Sapucahy, o dono, natural de Guimarães, (...) faz o seu maior negócio em gado." Ao chegar em Franca comenta que "sua principal exportação consta de gado vacum, porcos, e algodão, que leva[vam] a Minas; planta[vam] milho, feijão, e outros legumes para consumo do país."¹⁷

¹⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem às nascentes do Rio São Francisco. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937, v.1 (Coleção Brasileira, n.68).

¹⁷ D'ALINCOURT, Luiz. Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. (Reconquista do Brasil, v.25)

Por outro lado, a economia paulista antes decadente, nas primeiras décadas do século XIX, dá claros sinais de vigor ancorada na agricultura. Os engenhos de açúcar começam a se proliferar na região de Sorocaba, Piracicaba, Mojiguaçu e Jundiá. Cria-se um novo mercado para os produtos do Nordeste paulista.¹⁸ "O açúcar, portanto, cria novas perspectivas e refaz a antiga importância da Estrada dos "Goyazes", como via de comunicação e circulação de riquezas. O comércio com os negociantes da Comarca do Rio das Mortes talvez não tenha desaparecido totalmente. Todavia, a povoação de mineiros que se forma no sertão do Rio Pardo liga-se à economia paulista e em função dela se desenvolve".¹⁹

O novo movimento da economia regional foi percebido por SAINT-HILAIRE, que em 1819, ao transitar pelo caminho entre o rio Grande e Franca observou que um proprietário do "sítio denominado Pouso Alto, próximo ao qual foi construído um vasto barracão para os viajantes (rancho), um agricultor verdadeiramente branco, nascido em Minas Gerais, (...) vendia o milho que cultivava aos viajantes, e, uma vez por ano, ia à cidade de São Paulo, com um carro de bois carregado de toucinho e de algodão, e dali regressava transportando sal e artefatos de ferro."²⁰

Apesar de encontrarmos afirmações de que as atividades voltadas para o abastecimento "não teriam merecido do Estado uma política específica"²¹, havia pelo menos algum reconhecimento da sua importância, como atesta o memorial do secretário do governo de São Paulo em 1814, Coutinho Souza Chichorro ao Conde de Palma, então governador da província: "distando aquela freguesia [Franca] 79 léguas desta cidade e 90 do Porto de Santos, o seu comércio só deve consistir em gados e gêneros de

¹⁸ PETRONE, Tereza Schorer. A lavoura canavieira em São Paulo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p.16, 18 e 24.

¹⁹ CHIACHIRI FILHO, José. op. cit. p. 37, nota 1.

²⁰ SAINT-HILAIRE, A. op. cit., p.116.

²¹ LAPA, José Roberto do Amaral. O antigo sistema colonial. São Paulo: Brasiliense, 1982.

fábricas, aqueles porque se movem a si mesmos e estes porque são gêneros de muito valor."²²

Mesmo aqueles autores que não deram a devida relevância à pecuária destacaram em seus estudos as áreas nas quais este setor da economia fincou raízes, conforme o trabalho de Roberto SIMONSEN²³, onde o Nordeste paulista tem destaque.

Fernando NOVAIS ao fazer um paralelo entre o setor exportador e o setor de subsistência comenta que o primeiro, desenvolvido nos quadros do Antigo Sistema Colonial, regia a dinâmica do conjunto da economia brasileira. Contudo, paralelo ao sistema de plantation desenvolveu-se o setor de subsistência que "em certas circunstâncias e áreas determinadas (...) pôde adquirir certo vulto, como no caso da pecuária"²⁴

Os números nos mostram de forma mais clara a importância da criação do gado bovino na região ora estudada. "De acordo com o Livro de Assentamentos de Gados, em 1829 os 688 criadores registrados possuíam um rebanho de 37.768 cabeças."²⁵

Até o final do século XIX, o gado como suporte da economia trazia prosperidade às fazendas. Tal atividade "influuiu nos costumes, no linguajar e no comportamento de todo um povo. Possibilitou a conquista e o enriquecimento do Grande Sertão."²⁶

Os subprodutos do gado eram de grande valor, pois transformavam-se em bens comercializáveis ou em objetos necessários ao cotidiano dos indivíduos. "Além da carne, que o sol e o sal incumbiam-se de conservar, o gado bovino fornecia o couro

²² BOURROUL, Estevan Leão. Um episódio da anselmada. A tribuna da Franca. Franca, n.88.

²³ SIMONSEN, Roberto. História econômica do Brasil. 1500-1820. 6.ed. São Paulo: Nacional, 1969, p.238.

²⁴ NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. (1777-1808). 4.ed. São Paulo: Hicitec, 1986, p. 106.

²⁵ BRIOSCHI, Lucila R. op. cit., p. 51.

²⁶ Idem, p.52.

(cujas técnicas de curtimento foram-se evoluindo ao longo dos anos), donde se tiravam os arreios, as selas, os forros de catres e dos bancos, as botas e as botinas. Dos chifres faziam-se as guampas de água, os pentes, caixinhas de rapé. Do leite fazia-se o queijo que era mais uma fonte de rendas para os moradores das freguesias."²⁷

A criação de outros animais, em menor quantidade, teve sua importância relativa na economia regional. Os outros animais mantidos pelos criadores, além do gado vacum, eram os animais cavallares, muares, suínos, carneiros, cabritos e até pavões. O destaque fica para os suínos que tinham criação bastante desenvolvida. Sérgio Buarque de Holanda reconhece que, por volta de 1820, Franca "era um dos maiores produtores da capitania".²⁸ A posse dos animais pelos proprietários será tratada em capítulo específico.

A criação de animais teria sido o setor de maior vigor - o "centro dinâmico"²⁹ - dentre as atividades produtivas da região, exercendo um "efeito multiplicador"³⁰, ou seja incentivador de outras atividades. Na verdade, a economia da região de Franca durante o século XIX ampliou-se constantemente, movida por várias atividades correlatas, tendo a pecuária a frente. "Tudo indica que (...) o município desenvolvia uma economia do tipo 'mista'."³¹

Uma das atividades derivadas da criação de gado foi o **comércio do sal**, tido como "uma das grandes forças econômicas da Vila Franca (...) do século passado. Era um comércio tão desenvolvido, que o sal transportado de Santos, via Campinas, era

²⁷ BRIOSCHI, L. R. op. cit., p.51, nota 31.

²⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

²⁹ "Centro dinâmico" é frase de Celso FURTADO; veja FURTADO, op. cit., especialmente capítulo 36, nota 10.

³⁰ "Efeito multiplicador" é frase de Roberto W. SLENES; veja SLENES, op. cit., nota 9.

³¹ NALDI, Mildred Regina Gonçalves. O Barão e o Bacharel (um estudo de política local no II Reinado). O caso de Franca. Franca: UNESP-FHDSS, 1988 (Tese de doutoramento).

conhecido no Nordeste paulista, Sul de Minas, Goiás e Mato Grosso como 'sal francano'³²

O **comércio do sal** foi incrementado no decorrer do século XIX. Apesar de não ser um fruto da terra "o sal trouxe muitas riquezas para a região. Sua importância econômica foi tão grande que se refletiu na mudança de denominação da grande via de comunicação de transporte e circulação de riquezas: de Estrada de goiases passou a ser chamada Estrada do Sal." Para termos uma idéia da quantidade consumida e/ou comercializada nas primeiras décadas do século, Lucila R. BRIOSCHI nos informa que "os 370 alqueires comprados em 1814 aumenta[ram] para 1033 alqueires em 1824. Com pequenas oscilações no período, o movimento é de alta. A venda do sal em Batatais era proporcionalmente maior do que o consumo, o que não corria em Franca, onde em 1824, essas vendas correspondiam a 14,7% da compra efetuada."³³ O sal era consumido principalmente pelo gado e na conservação da carne - "a carne ceca".

O transporte das mercadorias pela "Estrada dos Goyazes" era realizado por carros de bois, aproveitando a topografia que facilitava o uso deste instrumento.³⁴ Segundos os inventários, 16,3% de todo o rebanho bovino era composto de "bois de carro", animais usados no transporte de mercadorias, sobrepondo os muares sempre em menor número. "No caso do comércio do sal, as Atas da Câmara nos mostram que o fazendeiro adquiria o produto quase sempre arcando com todas as despesas de transporte. Tirava o necessário para o próprio consumo e o restante redistribuía, vendendo-o na região e províncias vizinhas."³⁵

Na região, o sal era provavelmente distribuído próximas a Franca como Carmo da Franca (atual Ituverava), Santa Bárbara de Macaúbas (de onde originou a

³² CHIACHIRI, José. Vila Franca do Imperador (Subsídios para a História de uma cidade). 1.ed., Franca: O Aviso da Franca, 1967, p.104-5.

³³ BRIOSCHI, Lucila R. op. cit., p. 51, nota 18.

³⁴ CHIACHIRI FILHO, José, op. cit., p.50, nota 1.

³⁵ NALDI, Mildred Regina, op. cit., p. 38, nota 37.

atual Patrocínio Paulista), Santa Rita do Paraíso (atual Igarapava), Santo Antônio da Rifaina (atual Rifaina), Bom Jesus da Cana Verde de Batatais (atual Batatais), Cajuru, entre outras localidades.

A **agricultura de subsistência** atendia aos próprios produtores, endereçando o excedente aos mercados locais para atendimento dos viajantes que trafegavam pelos caminhos do "Sertão do Rio Pardo". Nos inventários encontramos com frequência descrições de "ferramentas de roça", descritas como enxadas, enxadões e foices, sempre em pouca quantidade e em estado precário, o que denota, provavelmente, o pequeno desenvolvimento da agricultura em relação as outras atividades produtivas. Os principais produtos agrícolas, em 1837, eram milho, algodão, mandioca, fumo, feijão, arroz e em menor quantidade a mamona e o trigo.³⁶

É comum entre os historiadores que trabalham com a região enfatizarem o dinamismo e a diversidade das atividades que movimentavam a economia francana na centúria estudada: "Concomitantemente com a agropecuária, o comércio do sal e 'gêneros diversos' praticados na estrada dos "Goyases", dá a Franca a importância de grande 'entrepoto comercial' (...)." ³⁷

Notícias sobre essa diversidade na economia surgem desde 1818, pelos escritos que deixou D'ALINCOURT sobre Franca: "Os habitantes do lugar são industriosos, e trabalhadores; fazem diversos tecidos de algodão; boas toalhas, colchas e cobertores; fabricam pano azul de lã muito sofrível; chapéus; alguma pólvora; e até já têm feito espingardas". ³⁸

Outras notícias referentes aos anos próximos a meados do século em questão, mantêm a mesma idéia de diversidade: "Os francanos cultivavam, fabricavam, em suas propriedades, tecidos de algodão e de lã, e aplicavam-se especialmente à

³⁶ MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3. ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

³⁷ MÜLLER, Daniel Pedro. op. cit., p.37-38, nota 42.

³⁸ D'ALINCOURT, Luiz. op. cit. p.71, nota 23.

criação de gado vacum, de porcos e de carneiros. (...) a criação de gado vacum, no distrito de Franca, tomou grande incremento, e, em 1838, esse distrito era um dos que forneciam mais gado bovino."³⁹

A **tecelagem** era outro setor da economia nunca desprezível. Em 1835 Franca contava com "um total de 16 tecelões (...). Pelo número de operários ocupados tal indústria francana já não seria exclusivamente doméstica, ao contrário ocorria em toda a região, tendo razoável -capacidade de produção." Os teares eram sustentados pelo "algodão plantado próximo que nas colheitas era preparado em ramas, e pela lã, que após a tosquia dos carneiros era arrumada em novelos. Depois vinha o tingimento dos fios e, após, a fiação"⁴⁰ Os inventários consultados nos mostram que entre 1822-30 os carneiros e ovelhas compunham 7,8% do rebanho dos proprietários, e entre 1875-85 os mesmos animais somavam com 4,1% dos rebanhos.

No século XIX, também a atividade da **mineração** é comum na região. Franca recebeu, entre 1804 e 1824, migrantes de localidades que tinham como atividade a mineração, os quais muito provavelmente continuaram a exercê-la, se não, pelo menos difundiram suas técnicas. Como é o caso de 79 indivíduos oriundos do Julgado de Nossa Senhora do Destêrro do Desemboque⁴¹, povoado que em fins do século XVIII "ofereceu aos desbravadores da região (Triângulo Mineiro) ouro em abundância".⁴² Localidades próximas a Franca exerceram a mineração, como é o caso de Santa Bárbara de Macaúbas (atual Patrocínio Paulista)⁴³. Ainda sobre a mineração temos o exemplo de Claraval, localidade próxima a Franca, que

³⁹ SAINT-HILAIRE, A. op. cit. p.119, nota 14.

⁴⁰ MULLER, Daniel Pedro. Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de São Paulo em 1835. APUD CHIACHIRI, José. op. cit. p.43, nota 38.

⁴¹ CHIACHIRI Filho, José. op. cit., p.44, nota 1.

⁴² FERREIRA, Jurandy Pires. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, v. 23.

⁴³ "em 1833 (...) o número de pessoas em Santa Bárbara já era suficientemente grande para justificar a criação do Distrito, o segundo da Vila Franca, instalado em 1º de julho. In: MATOS, Carlos Alberto Bastos de, COSTA, Alfredo Henrique (Orgs.), Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista 1885-1985. Patrocínio Paulista: Prefeitura Municipal, 1986, p.85.

"já nos fins do século XVIII (...) era habitada por elementos civilizados, existindo diversas fazendas, com seus senhores e escravos. A agricultura era na época, a principal atividade. Foi aproximadamente em 1864 que o garimpeiro João Tertuliano Pinto Bispo, natural de Diamantina, vindo de Estrela do Sul para o Sêrro, ao atravessar a região claravalense, encontrou diamantes, dando início ao garimpo, nas águas do rio das Canoas. A notícia espalhou-se rapidamente e dentro em breve grande número de aventureiros, atraídos pela possibilidade de ganhos rápidos no garimpo, ali se estabeleceram. Formou-se, assim, um pequeno núcleo às margens do rio Canoas, tomando maior impulso quando, em 1885, pelo fazendeiro José Garcia Lopes da Silva, foi feita doação de terras para o futuro patrimônio de Claraval. De início o povoado chamou-se Garimpo das Canoas, passando posteriormente a Divino Espírito Santo do Garimpo das Canoas, isto porque, em terras doadas por José Garcia edificou-se uma capela em honra do Divino Espírito Santo."⁴⁴.

Em função dos comentários acima, a figura do ourives inseria-se no rol de profissões dos francanos. Isso é confirmado por fontes como a "Lista popular dos habitantes da 1ª Companhia de Ordenanças da Vila Franca do Imperador Constitucional do ano de 1830 e 1831" e pelos inventários por nós pesquisados, que indicam a existência de profissionais ligados a ourivesaria. Na primeira fonte citada consta que "Francisco de Paula, de 46 anos, oriundo de Minas Gerais, casado, pai de três filhos, tinha um agregado e quatro escravos, era 'oficial de ourives'." O mesmo documento menciona que: "Antônio Francisco Macedo, de 40 anos, natural de Minas Gerais, casado, pai de uma filha, possuía três escravos, tinha profissão de 'Oficial de ourives'."⁴⁵ Nos inventários do **primeiro período - 1882/30** - encontram-se registros de balanças de pesar ouro. As atividades relacionadas à mineração continuaram no decorrer do século XIX, consta entre as oficinas que deveriam pagar impostos, três "*officinas de ourives*", que pertenciam, respectivamente, a José Rozindo da Silva, Joaquim Izaias da Silva e José Luiz Fontoura.⁴⁶

Uma atividade que mereceu destaque pela sua importância e que exerceu grande influência na economia regional, foi o **café**. As **plantações** da rubiácia se

⁴⁴ Atualmente uma pequena cidade situada no Estado de Minas Gerais, na divisa com o Estado de São Paulo e com o município de Franca.

⁴⁵ A.P.E.S.P. Lista popular dos habitantes da 1ª Companhia de Ordenanças da Vila Franca do Imperador Constitucional do ano de 1830 e 1831, cx. 47.

⁴⁶ M.H.M. "José Chiachiri". Franca. Lançamento de negociantes e contribuintes: 1890-1891, Livro nº 1.

avolumaram na região estudada, por volta de 1870. Contudo, prevendo a importância do produto para a riqueza regional a "Câmara Municipal, através de sua Comissão de Posturas, já em 1834 determinava o seguinte, com referência à plantação de café: "Todo o proprietário será obrigado a plantar e conservar 25 pés de Café correspondente a cada braça - nunca para menos, e todos aquellos, ou estes q. o contrario fizerem pagarão 2\$rs para as Despeza do Conselho, e na falta 2 dias de prisão, e doplo na reincidencia - devendo os officiaes dos respectivos Quarteiroens dar conta aos fiscaes no tempo respectivo com as mesmas penas declaradas a aquellos - Villa Franca do Imperador, 21 de Julho de 1834 (aa) - Joaquim da Rocha Neiva - Thomaz Correa de Souza - Joze Teixeira Alvarez."⁴⁷ Norma que parece não ter sido cumprida de forma muito rígida.

Segundo Sílvia JACINTHO, a partir de 1850, o café passou a ter prioridade nos investimentos na região em detrimento da pecuária. A professora afirma que "talvez desestimulados pelos resultados insatisfatórios da criação de gado, talvez contaminados pela febre do café, já então avassalante, os criadores da região iniciaram a cultura cafeeira, colocando aquela atividade em plano secundário. Esse fato é evidenciado pela ausência de citações sobre a pecuária local em documentos e jornais, antes tão fartas aliada à frequência crescente de opiniões sobre o plantio, a produção ou a crise do café."⁴⁸

Entre os inventários consultados, referentes ao **segundo período - 1875/85**, encontramos várias descrições atinentes às plantações de café, o que não foi encontrado nos documentos estudados do **primeiro período - 1822/30** - estudado.

Nos inventários pesquisados, entre 1875/85, todos os proprietários de lavouras de café eram também criadores de gado. Apenas 50,0% dos proprietários possuíam escravos.

⁴⁷ CHIACHIRI, José. op. cit., p. 37, nota 38.

⁴⁸ LIMA, Sílvia Maria Jacintho de. op. cit., p. 55, nota 2.

Tabela n° 5
INVENTÁRIOS QUE CONSTAM DESCRIÇÕES
SOBRE PLANTAÇÕES DE CAFÉ
1878-1883

ANO VALOR	INVENTARIADO	DESCRIÇÃO	DE CAFÉ	N° DE PÉS
1878	Joaquim Antônio Natalino	"plantações de café"	-	-
1879	Maria Silveira de Oliveira	"quintal com café plantados"		-
200\$000				
1880	José Joaquim Teixeira	"plantações de café"	-	-
1881	Cândida Maria de Jesus	"pequena plantação de café"	-	-
1881	Maria Cândida de Jesus	"pequeno cafezal"	-	-
1882	Francisco de Paulo	"pés de café"		2.000
1:600\$000	e Melo	"cafés menores"		500
250\$000				
1882	Joaquim Francisco Machado	"quintal cafeeiro"		-
1:200\$000				
1882	José Antônio Franco	"alguns pés de café"	-	-
1883	Antônio Ferreira da Silva	"quintal cultivado de cafeeira em bom estado"	-	-
1884	Anna Cândida de Jesus	"pés de café"		6.000
2:000\$000				

Fonte: AHMF - Processos de Inventário, 2° Ofício Cível, cx. 02 a 04, 1822/30

As descrições das plantações são encontradas em inventários onde havia valores diferenciados de riqueza, conforme dois exemplos a seguir: 1) Cândida Maria de Jesus que possuía uma "pequena plantação de café", seus Bens de

Raiz, Bens Móveis e Semoventes foram avaliados em 2:506\$000⁴⁹; 2) Joaquim Francisco Machado que tinha um total de bens no valor de 13:982\$000, incluindo "um quintal cafeeiro avaliado em 1:200\$000".⁵⁰

Conforme os dados obtidos por José Francisco de CAMARGO, a produção de café, somente no município de Franca, foi de 211 arrobas em 1836 e de 60.000 arrobas em 1886.⁵¹

Ao longo do século XIX, a economia da região de Franca foi sofrendo modificações, no sentido de ampliar as atividades já existentes: agricultura, pecuária e comércio, e permitindo uma maior diversificação nas atividades, como a instalação de alguns experimentos industriais; tanto que, em 1837, Franca contava com "11 engenhos de assucar(sic), 34 destilarias de aguardente, 176 fazendas de criar, 2 fazendas de café e 8 engenhos de serrar".⁵²

As descrições do "Almanak da Província de São Paulo para 1873", nos dá idéia da gama de atividades profissionais envolvidas no contexto econômico francano. Contavam-se, no dito ano, 84 fazendeiros, 6 advogados, 2 farmaceuticos, 2 professores particulares, 3 alfaiates, 2 caldeireiros, 4 carpinteiros, 2 ferradores, 4 ferreiros, 2 fogueteiros, 2 marcineiros, 1 padeiro, 6 sapateiros, 4 seleiros, 2 açougueiros. Entre os indivíduos dedicados ao comércio contavam-se 15 "negociantes de fazendas, ferragens, armarinho, molhados e louça"; 6 proprietários de "armazéns de sal"; 8 donos de "armazéns de molhados"; e 17 proprietários de "armazéns de molhados e gêneros do paiz".⁵³

⁴⁹ AHMF. Inventário de Cândida Maria de Jesus, Proc. 500, cx. 30, 1881.

⁵⁰ AHMF. Inventário de Joaquim Francisco Machado, Proc. 515, cx. 31, 1882.

⁵¹ CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981, v. 2 (Ensaio Econômico, 14).

⁵² MÜLLER, Daniel Pedro. op. cit. p. 131, nota 42.

⁵³ *Almanak da Província de São Paulo para 1873*.

Outros documentos, de cunho fiscal, como o "Livro nº 1 - Lançamento de negociantes e contribuintes: 1890-1891" arquivado no Museu Histórico Municipal de Franca "José Chiachiri", nos indica o considerável desenvolvimento econômico enfrentado pela região na década de 1890, se comparado com o início do século tratado. Tal desenvolvimento amparava um grande leque de atividades, conforme nos mostram as **tabelas 6, 7 e 8**.

Tabela 6
"Lançamento de engenhos e máquinas de todas
as espécies que são obrigadas a pagarem direitos
no corrente ano de 1890"

ESPÉCIE DE ENGENHOS E MÁQUINAS QUE PAGAM	NÚMERO DE CONTRIBUINTES
Engenho de cilindros	07
Engenho movido a bois	23
Engenho de terra	15
Machina de beneficiar café	01
Fábrica de tijolos	02
<hr/>	
T O T A L	48

FONTES: MHMF - "Livro nº 1 - Lançamento de negociantes e contribuintes: 1890-1891".

Não seria prudente deixarmos de citar a importância dos engenhos (**tabela 6**) produtores de aguardente que a maioria dos comerciantes tinham em seus estabelecimentos (**tabela 7**). Outros derivados da cana-de-açúcar, muito provavelmente, eram produzidos, como o próprio açúcar e a rapadura. Um dos produtores era Christino de Paula e Silva, um dos proprietários mais ricos da região, cujos bens somavam 55:024\$600. No rol de bens do seu inventário consta que em suas

terras tinha um "canavial grande", avaliado em 1:000\$000, e entre as benfeitorias um engenho.⁵⁴

Tabela 7
"Lançamento dos negociantes de todas as espécies,
da cidade de Franca e seu município que são
obrigados a pagarem direitos no corrente
ano de 1890"

ESPÉCIE DE ARTIGOS QUE PAGAM	N° DE NEGOCIANTES
Gêneros dos paiz, aguardente e molhados, ferragens, sal, corte de capados, drogas, fazendas, - café, açougue de gado, bilhar, - víspora	114
Armarinho	2
Botica	4
Fábrica de cerveja	1
Venda de solla	1
Para hotel	1
Para restaurante	1
T O T A L	124

FONTES: MHMF - "Livro n° 1 - Lançamento de negociantes e contribuintes: 1890-1891".

O comércio local oferecia, segundo os registros de comerciantes (**tabela 7**), "vários tipos de mercadorias: 'molhados do mar', 'molhados de fora' e 'efeitos da terra'. Esse tipo de 'loja' possuía um estoque muito variado onde se encontravam de tecidos a ferragens. Outro tipo de comércio é o de couro, arreios e curtumes (...)."⁵⁵

⁵⁴ AHMF. Inventário de Christino de Paula e Silva, Proc. 513, cx. 31, 1882.

⁵⁵ AHMF. Inventário de Christino de Paula e Silva, Proc. 513, cx. 31, 1882.

O crescimento, diversificação e integração da economia regional facilitaram o aparecimento de profissões que atendiam novas e antigas necessidades. A **tabela 8** nos mostra a preponderância das "seleiros" em relação a outros oficiais. Franca era servida por 17 selarias no ano de 1890, ou seja, 28,3% dos contribuintes arrolados entre as "*Officinas obrigadas a pagarem direitos*". Tais oficinas dedicavam-se à confecção de selas, arreios, laços e outros bens manufaturados em couro, que atendiam aos fazendeiros. Os sapateiros também tiveram destaque, eram nove oficinas (15% delas). Incluindo os curtumeiros, todos mantinham suas atividades profissionais em virtude da criação de bovinos que lhes forneciam a matéria prima.

Tabela nº 8
"Lançamento de todas oficinas que são
são obrigadas a pagarem direitos no
corrente anno de 1890"

ESPÉCIE DE OFICINAS QUE PAGAVAM	Nº DOS CONTRIBUINTES
Officina de seleiro	17
" de folheiro	07
" de ferreiro	05
" de retratista	01
" de ourives	03
" de sapateiro	09
" de relojoeiro	01
" de barbeiro	02
" de marceneiro	06
" de cortume de couros	01
" de padaria	02
" de alfaiate	02
" de fogos	02
" de alcozoeiro	01
" de concertos	01
T O T A L	60

FONTE: MHMF - "Livro nº 1 - Lançamento de negociantes e contribuintes: 1890-1891".

Considerando-se que trabalhava mais de um profissional em cada "*officina*", houve uma ampliação substancial de trabalhadores artesanais em Franca, se compararmos com o **primeiro período - 1822/30**. E logicamente um crescimento dos

produtos vindos das "officinas" atendendo as demandas do mercado regional. No século XIX já é percebida a vocação de Franca para tornar-se um grande centro produtor de calçados.

A tradição das ligações comerciais com outras praças distantes ficou fortalecida durante os últimos decênios do século passado. "Geralmente, os comerciantes estabelecidos em Franca tinham ligações com a Praça de São Paulo, onde estava localizado o maior número de seus fornecedores, e também as praças do Rio de Janeiro, Campinas, Ribeirão Preto, Itajubá, Pedregulho, Cássia e outras".⁵⁶ Nota-se que nos finais do século tratado as ligações comerciais priorizaram a província paulista em detrimento a Minas Gerais.

Sendo a economia francana geradora de tantas atividades e produtos, e aberta para os mercados, a necessidade de boas estradas para o escoamento da produção parece ter sido uma preocupação constante, conforme consta nos Relatórios de Presidente de Província da década de 1870: "A Câmara Municipal de Franca pediu ultimamente a quantia de 1:483\$000 rs. para concertos que diz precisos atender na estrada próxima aquella cidade, mas pelo officio que dirigio á V.Ex. pedindo essa verba, e o qual era assaz escasso em esclarecimentos, não pude conhecer quaes as obras que desejava realizar, e portanto exige-lhe detalhes a respeito, e os aguardo para deliberar o que entender conveniente."⁵⁷

Ainda com relação às estradas os ditos relatórios nos apresentam, entre outras, as seguintes descrições relativas a Franca: "À disposição da Camara Municipal de Franca está desde 28 de fevereiro a quantia de 1:405\$000 para empregar em vários melhoramentos dessa estrada na parte que vai dos portos do Rio Grande até a cidade (...)."⁵⁸

⁵⁶ NALDI, Mildred Regina Gonçalves. op. cit., p. 46, nota 37.

⁵⁷ A.P.E.S.P. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de S.Paulo pelo Presidente da Província. O Exmo. Sr. Dr. Antônio Candido da Rocha, no dia 2 de fevereiro de 1870. São Paulo. Typografia Americana Rua das Flores, n.47, 1870.

⁵⁸ Idem, p.

No decorrer do século, o crescimento econômico foi acompanhado pelo crescimento populacional. Segundo Daniel Pedro MÜLLER (**tabela 9**), Franca do Imperador tinha, em 1837, 10.664 pessoas, distribuídas em 885 fogos. Os indivíduos livres eram 7.224, sendo 3.689 homens e 3.535 mulheres. Os escravos totalizavam 3.443, divididos em 1920 homens e 1.523 mulheres. Entre os livres 90,9% tinham até 50 anos e os escravos nesta mesma faixa etária somavam 85,1% do total. Havia uma grande porcentagem de crianças - 0-10 anos: 29,7% livres e 25,7% escravos, o que denota que a população francana, já em meados do século XIX, aumentava não só em virtude da imigração para região, mas também em função de um crescimento vegetativo vigoroso.

Tabela nº 9
População/Idades - Franca do Imperador - 1837

Livres			Cativos		
Homens	Mulheres	Idades	Homens	Mulheres	
1.148	998	De 0 a 10	436	430	
884	1.068	De 10 a 20	400	344	
521	574	De 20 a 30	489	352	
416	397	De 30 a 40	294	198	
321	246	De 40 a 50	156	92	
188	120	De 50 a 60	62	45	
121	74	De 60 a 70	40	28	
44	24	De 70 a 80	20	14	
26	20	De 80 a 90	12	9	
20	14	De 90 a 100	11	11	
Número de fogos: 885			-	Total: 10.664	

FONTE: MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo. 3.ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

Para o ano de 1876, Azevedo MARQUES nos apresenta novos números sobre a população francana. As paróquias de "Senhora da Conceição da Franca, Senhora do Carmo da Franca, Santa Bárbara de Macaúbas, Santa Rita do Paraíso e Santo Antônio da Rifaina", pertencentes ao Município de Franca, possuíam 21.419 habitantes. Considerando somente a paróquia de "Senhora da Conceição da Franca" os habitantes somavam 8.248, sendo 6.818 livres e 1.430 escravos.⁵⁹

⁵⁹ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. Apontamentos da Província de São Paulo. São Paulo: Livraria Martins Editora, t.II, p. 185.

Em 1886 a população de Franca e de Patrocínio do Sapucaí juntas atingiam de 12.288 habitantes. As variações encontradas na população francana são explicadas pelos desmembramentos do território entre os anos de 1874 e 1886.⁶⁰

Do município de Franca foram desmembrados os seguintes municípios: 1) BATATAIS, pela lei nº 07 de 14 de março de 1839, abrangendo o povoado de SÃO BENTO DO CAJURU, atual CARURU e território dos futuros povoados: SANTANA DOS OLHOS D'ÁGUA, atual IPUÃ; SÃO JOSÉ DO MORRO AGUDO, atual MORRO AGUDO; ESPÍRITO SANTO DE BATATAIS, atual NUPORANGA; PIEDADE DO MATOGROSSO DE BATATAIS, atual ALTINÓPOLIS; CRUZEIRO, atual SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA; JARDINÓPOLIS; BRODOSQUI; ORLÂNDIA; SÃO JOAQUIM DA BARRA e SALES DE OLIVEIRA; 2) SANTA RITA DO PARAÍSO, pela lei nº 05, de 24 de abril de 1873. Foi posteriormente denominada IGARAPAVA, abrangendo a povoação de SANTO ANTÔNIO DA RIFAINA, atual RIFAINA e território do futuro PEDREGULHO; 3) PATROCÍNIO DO SAPUCAÍ, pela lei nº 23, de 10 de março de 1885. Foi depois denominada, PATROCÍNIO PAULISTA, abrangendo território da futura povoação de NOSSA SENHORA APARECIDA, atual ITIRAPÚA; 4) CARMO DA FRANCA, pela lei nº 24, de 10 de março de 1885. Foi depois denominada ITUVERAVA, abrangendo o território futuro de GUARÁ e de SÃO MIGUEL, atual MIGUELÓPOLIS.⁶¹

Dentro das condições econômicas apresentadas que os proprietários francanos obtinham recursos necessários à organização das estratégias de sobrevivência, à acumulação e reprodução da riqueza, consolidando um crescimento econômico contínuo e vigoroso.

⁶⁰ CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: IPE, 1981, v.1.

⁶¹ SANTOS, Wanderley dos. Banco de dados. mimio.